

GÊNERO E A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO REGULAR: UM OLHAR NAS MATRÍCULAS

Michelle Mayara Praxedes Silva(UEL)

mmpraxedes_silva@hotmail.com

Patrícia Jovino de Oliveira Dias

patricia.jovino@hotmail.com

Karen Ribeiro

karenribeiro@uel.br

Jéssica Germano

jessicaa_bnu@hotmail.com

Eixo temático 1: Perspectivas filosóficas, históricas e políticas da educação

Resumo

Neste trabalho, temos por objetivo analisar as questões de gênero, no que se refere às matrículas de alunos com deficiência no ensino regular. Para tanto, utilizamos os dados dos censos escolares do ano de 2007 à 2012, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira(INEP), com o auxílio de um programa estatístico fizemos a extração e tratamento dos dados. Os resultados nos mostram que existem disparidades no número de matrículas de estudantes do sexo masculino e do sexo feminino, em que o do sexo masculino se destaca consideravelmente quando verificamos a existência de deficiência.

Palavras chave: gênero, políticas públicas, deficiência.

Introdução

Para compreender o processo de inclusão escolar de pessoas com deficiência do sexo feminino e masculino é preciso apresentar a definição de gênero.

Gênero é definido por Scott (1994) como “organização social da diferença sexual percebida”, “é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais. Esses significados variam de acordo com a cultura, os grupos sociais e no tempo [...] (SCOTT, 1994, p. 13).

E isso o torna “elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos [...] uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86). Assim, gênero é categoria relacional,

construída nas relações sociais e também categoria de análise que ultrapassa os limites da família, da reprodução humana e da vida doméstica. A partir dessa categoria, é possível pesquisar sistemas sociais, econômicos, políticos; mercado de trabalho, educação, entre outros assuntos. Portanto, gênero é “um conceito desenvolvido para contestar a naturalização da diferença sexual em mulheres em múltiplas arenas de luta” (HARAWAY, 2004, p. 211).

A dicotomia homem e mulher, esclarece Fausto-Sterling (2000), está presente em nossas vidas desde a infância, “fazendo com que o sistema de dois sexos tenha um papel mais profundo no modo como entendemos a vida humana e dando a ele a aparência de ser tanto inato como natural” (FAUSTO-STERLING, 2000, p. 31). Concordando com a autora, Thorne (1997) escreve que “se meninos e meninas são diferentes, não nasceram e sim se tornaram assim” (THORNE, 1997, p. 2), ou seja, aprendem sobre como ser menina e como ser menino desde muito cedo, nas interações entre seus pares e nos jogos marcados pelas relações de gênero.

Portanto, as pesquisas educacionais não poderiam deixar de contemplar esta categoria. A partir de levantamento da produção acadêmica, é possível constatar o crescimento da abordagem de gênero na área de educação. Deincipientes no início dos anos 1980 a posição de destaque a partir da década de 1990 e 2000 (ROSEMBERG, 1992; LOURO, 1992; VIANNA *et al.*, 2006). Esta mudança indica a preocupação com o “processo de construção, uma ação, um investimento para ‘fazer’ um sujeito ‘de gênero’ ” e questiona a condição supostamente “ ‘natural’ do feminino e do masculino” (LOURO, 1992, p. 229).

Cláudia Vianna e Sandra Unbehaum (2006) também lembram que

[...] o conceito de gênero na educação parte do reconhecimento do caráter social e historicamente construído das desigualdades fundamentadas sobre as diferenças físicas e biológicas e, por vezes, denuncia o pretensu caráter fixo e binário de categorias como o feminino e o masculino (VIANNA; UNBEHAUM, 2006, p. 2).

Neste trabalho, partimos do conceito de gênero, conforme descrito por Nicholson (2000), “em oposição a ‘sexo’ para descrever o que é socialmente construído, em oposição ao que é biologicamente dado (p.1).

Muitas pesquisas foram realizadas, no que tange às desigualdades de gênero. Entretanto, os estudos que relacionam gênero e educação conforme

Rosemberg (2005), são escassos, no geral, quando versam sobre o tema gênero, restringem-se à “condição da mulher”.

De acordo com o Fórum Mundial sobre Educação realizado em Dacar no ano de 2000, uma das metas era atingir a igualdade de gêneros no acesso à educação. Contudo, em um relatório encomendado pela Unesco para verificar o andamento desta meta, publicado no ano de 2003, temos que

A educação de meninas portadoras de deficiências vem passando em boa parte despercebida por aqueles que se preocupam com a promoção tanto da igualdade entre gêneros quanto da igualdade para os deficientes. As políticas vêm dando pouca atenção, por exemplo, à combinação do preconceito sexual e do preconceito contra deficientes, enfrentada pelas alunas mulheres (GÊNERO E EDUCAÇÃO PARA TODOS, 2003, p.15).

Diante do exposto, neste trabalho, analisaremos as matrículas que denotam o acesso à escolarização de pessoas com deficiência de ambos os sexos, no nosso país, a partir das estatísticas públicas.

Ferraro (2001, p. 51) chama atenção para a existência de dois tipos de estatísticas, as de estado e as de movimento. A primeira tem por principal fonte os censos demográficos e “permitem descrever o estado da população no momento do levantamento censitário”, enquanto as estatísticas de movimento “permitem descrever a população do ponto de vista de seu movimento ou dinâmica” (FERRARO, 2001, p.52) estes têm por fonte principal os registros civis.

Essas estatísticas públicas são a base da formulação dos indicadores sociais. O uso de indicadores sociais na nossa sociedade tem sido frequente, pois a partir destes é possível formular, acompanhar como também avaliar a consolidação e desempenho das políticas públicas.

Desta maneira, pode-se dizer que:

Um Indicador Social é uma medida, em geral, quantitativa, dotada de significação social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma (JANNUZZI, 2003, p.15).

A partir do Indicador Social podem-se formular políticas públicas e acompanhar o impacto das transformações sociais que as políticas trazem ou não.

Nas pesquisas acadêmicas o uso de indicadores sociais tem sido feito por diversas áreas com fins distintos. A relevância de se utilizar estes dados está no seu caráter de ser um dado público oficial.

Em âmbito nacional, nós temos dois grandes bancos de dados que permitem a exploração destas nuances referentes às desigualdades educacionais e de gênero. Um deles, é o banco do Censo Demográfico, realizado e divulgado pelo IBGE, a cada 10 anos. O outro banco de dados é o do Censo Escolar da educação básica realizado anualmente, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP). Neste trabalho trabalharemos com os dados divulgados no Censo Escolar. Este se constitui o principal instrumento de coleta de informações educacionais, denominado Censo Escolar da Educação Básica.

O Censo Escolar é um levantamento de dados estatístico-educacionais de âmbito nacional realizado todos os anos e coordenado pelo Inep. Ele é feito com a colaboração das secretarias estaduais e municipais de Educação e com a participação de todas as escolas públicas e privadas do país. (...) O Censo Escolar coleta dados sobre estabelecimentos, matrículas, funções docentes, movimento e rendimento escolar (BRASIL, 2013).

Segundo Rigotti e Cerqueira (2004, p.74), esse sistema de disseminação de dados educacionais tem por objetivo principal,

[...] fornecer informações e estatísticas para a realização de diagnósticos e análises sobre a realidade do sistema educacional do país, subsidiando a definição e a implementação de políticas orientadas para a promoção da equidade, efetividade e qualidade do ensino.

Desta maneira, por meio do censo escolar é possível ter acesso às informações a respeito de toda a educação básica, dentre estas informações, estão as das pessoas com deficiência.

Vale lembrar que a importância da análise e divulgação dos dados educacionais oficiais do INEP foi apontada por Rosemberg (2001).

Procedimentos metodológicos

Para identificar como o movimento de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) está ocorrendo em escolas regulares no Brasil, sob análise de gênero, os dados foram coletados a partir do banco de

microdados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), nos anos de 2007 a 2012.

Para tratamento e análise dos dados, utilizamos como recurso, o software de estatística PASW Statistics (SPSS/17).

A análise dos microdados foi realizada da seguinte maneira: primeiramente coletamos os dados das matrículas, ano a ano, no *site* do INEP, posteriormente com o auxílio do *software* tratamos essas matrículas de acordo com as variáveis¹ que foram estabelecidas, sendo:

- Modalidade de ensino:

- regular: refere-se às matrículas em classes regulares, com ou sem sala de recurso ou apoio especializado e educação especial;

- Tipo de deficiência:

- deficiência mental: refere-se à soma das matrículas de alunos com deficiência intelectual e com Síndrome de Down, nos anos de 2007 e 2008, e dos alunos com deficiência intelectual nos anos de 2009 e 2012. A coleta de dados do Censo Escolar separou a Síndrome de Down da deficiência mental nos anos de 2005 a 2008.
- deficiência física;
- deficiência auditiva: refere-se à soma das matrículas de alunos surdos e com deficiência auditiva
- deficiência visual: refere-se à soma das matrículas de alunos cegos e com baixa visão;

- Sexo: refere-se às matrículas de alunos do sexo masculino e do sexo feminino.

Em seguida, após a primeira seleção dos dados (dada as suas múltiplas opções), isolamos cada estado do país e realizamos o cruzamento desses dados com modalidade de ensino e com os tipos de deficiências selecionados (mental, física, auditiva e visual). Em um terceiro momento, cruzamos sexo com os tipos de deficiência. Por fim, com os resultados obtidos de cada estado separadamente realizamos uma somatória para alcançar o total de matrículas de

¹As nomenclaturas das variáveis são de acordo com o INEP.

alunos do ensino regular, com e sem necessidade educacional especial, no Brasil. Todos esses dados constituíram o banco de dados que nos forneceu respaldo para a presente pesquisa.

Desta maneira, buscaremos apreender a realidade da Educação Inclusiva no Brasil estabelecido segundo as variáveis de análise que especificam as dimensões do tema: inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em processos efetivos de escolarização em classes regulares.

Resultado e Discussão

A tabela 1 apresenta os dados de alunos com e sem necessidades educacionais especiais matriculados na rede regular de ensino no Brasil, analisados sob a ótica de gênero.

Tabela 1

Total geral de matrículas e total de matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais no Brasil segundo modalidade de ensino e sexo (2007 a 2012)

Matrículas de alunos com deficiência por sexo e modalidade de ensino				
Ano	Sexo	Não possui NEE	Possui NEE	Total
2007	Feminino	20.711.009	246.282	20.957.291
	Masculino	20.874.202	154.342	21.028.544
	Total	41.585.211	400.624	41.985.835
2008	Feminino	23.309.772	135.502	23.445.274
	Masculino	23.550.820	203.725	23.754.545
	Total	46.860.592	339.227	47.199.819
2009	Feminino	23.732.064	156.554	23.888.618
	Masculino	46.147.788	218.830	46.366.618
	Total	69.879.852	375.384	70.255.236
2010	Feminino	23.159.871	176.579	23.336.450
	Masculino	23.441.995	266.368	23.708.363
	Total	46.601.866	442.947	47.044.813
2011	Feminino	22.967.313	200.429	23.167.742
	Masculino	23.254.257	310.569	23.564.826
	Total	46.221.570	510.998	46.732.568
2012	Feminino	22.854.728	223.480	23.078.208
	Masculino	23.207.676	354.458	23.562.134
	Total	46.062.404	577.938	46.640.342

Fonte: Elaboração própria com base nos dados extraídos do banco de Microdados do MEC/INEP. Censo Escolar da Educação Básica. Microdados: 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012.

Analisando os dados da tabela 1 podemos observar que no período estudado as matrículas de alunos que não possuem necessidades educacionais especiais obteve maior concentração no alunado sexo masculino.

No decorrer do período analisado ocorreram aumentos nas matrículas de alunos do sexo masculino, seguidos por quedas. Notamos que de 2007 a 2009 houve um expressivo aumento de 121%, pois de um total de 20.874.202 matrículas em 2007, em 2009 esse total passou para 46.147.788 matrículas. Após 2009 ocorreram várias quedas no número de alunos do sexo masculino chegando a 2012 com uma redução de 49,7% se comparado a 2009.

Em 2007 com um total de 41.585.211 matrículas 50,2% são de alunos do sexo masculino e 49,8% do sexo feminino. Em 2008 com um total de 46.860.592 alunos 50,3% são do sexo masculino e 49,7% do sexo feminino.

Como já fora mencionado, em 2009 há um índice de 46.147.788 matrículas de alunos do sexo masculino sem necessidades educacionais especiais, atingindo um percentual de 66% do total de matrículas.

Em 2010 com um total de 46.601.866 matrículas 50,3% são de alunos do sexo masculino e 49,7% de alunos do sexo feminino. Em 2011 com um total de 46.221.570 alunos 50,3% do sexo masculino e 49,7% do sexo feminino. Em 2012 com um total de 46.062.404 matrículas 50,4% são do sexo masculino e 49,6% do sexo feminino.

Podemos constatar que tanto nas matrículas gerais, quanto nas de alunos com NEE o sexo masculino se sobressaiu em todos os anos estudados.

Nas matrículas de alunos com NEE notamos um movimento similar às matrículas de alunos que não possuem NEE, no qual o número de alunos do sexo masculino é maior ao de alunos do sexo feminino. Apenas em 2007 observamos que o índice de alunos do sexo feminino ultrapassa ao de alunos do sexo masculino, no qual de um total de 400.624 matrículas 61,5% são do sexo feminino e 38,5% do masculino.

Nos demais períodos de análise, notamos que as matrículas de alunos do sexo masculino atingem de 58,3% a 61,3% do total de alunos matriculados, sendo 218.830 matrículas em 2009 e 354.458 em 2012. E com relação ao alunado do sexo feminino temos um percentual que varia de 38,7% a 41,7%, sendo 223.480 em 2012 e 156.554 em 2009.

Se analisarmos o total geral de matrículas no período de 2007 a 2012 teremos o seguinte movimento: em 2007 com um total de 41.985.835 matrículas 99% são do alunado que não possui NEE e 1% do alunado com NEE; em 2008 com um total de 47.199.819 matrículas 99,3% são do primeiro grupo e 0,7% do segundo grupo; em 2009 com um total de 70.255.236 alunos 99,5% é de alunado sem NEE e 0,5% com NEE; em 2010 observamos um índice similar ao de 2007, no qual as matrículas gerais atingem 99% e de alunos com NEE marcam 1%, a partir de um total de 47.044.813 matrículas; o mesmo ocorre em 2011, mediante um total de 46.732.568 matrículas; já em 2012 a partir de um total de 46.640.342 alunos 98,8% são matrículas gerais e 1,2% são alunos com NEE.

Notamos que se analisarmos o índice de matrículas de alunos com NEE tanto do sexo masculino, quanto do feminino em relação ao alunado sem NEE teremos um percentual imensamente ínfimo, no qual em nenhum momento atinge mais que 2% das matrículas. É nítido que a inclusão de alunos com NEE no ensino regular continua muito aquém do desejado, do esperado e garantido por lei.

A tabela 2 apresenta os dados de alunos com necessidades educacionais especiais matriculados na rede regular de ensino brasileira por tipo de deficiência e sexo.

Tabela 2

Total de alunos com necessidades educacionais especiais matriculados no Brasil segundo tipo de deficiência e sexo (2007 a 2012)

Ano e Sexo	Matrículas de alunos com deficiência					
	Def. Visual	Def. Auditiva	Def. Física	Def. Mental	Def. Múltipla	
2007	Feminino	17.042	12.636	11.452	38.763	5.330
	Masculino	18.140	14.524	14.749	61.187	7.814
	Total	35.182	27.160	26.201	99.950	13.144
2008	Feminino	22.825	16.161	15.429	46.628	7.630
	Masculino	24.571	18.480	20.007	72.485	10.781
	Total	47.396	34.641	35.436	119.113	18.411
2009	Feminino	24.769	18.372	18.693	63.520	10.368
	Masculino	27.276	21.431	24.900	100.441	15.193
	Total	52.045	39.803	43.593	163.961	25.561
2010	Feminino	30.327	21.184	27.096	86.676	7.656
	Masculino	33.885	25.262	35.934	143.553	10.385
	Total	64.212	46.446	63.030	230.229	18.041
2011	Feminino	30.594	22.748	31.456	108.491	10.013
	Masculino	35322	27.519	41.495	180.898	13.437

	Total	65.916	50.267	72.951	289.389	23.450
	Feminino	31.701	24.112	35.836	126.535	12.374
2012	Masculino	36.811	29.667	47.112	215.473	16.822
	Total	68.512	53.779	82.948	342.008	29.196

Fonte: Elaboração própria com base nos dados extraídos do banco de Microdados do MEC/INEP. Censo Escolar da Educação Básica. Microdados: 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012.

Percebe-se de imediato, que houve um aumento gradual e significativo no número de matrícula de alunos com deficiência no ensino regular do ano de 2007 a 2012. Os dados indicam ainda, que há um número maior de sujeitos do sexo masculino em todos os anos (2007-2012) e deficiências analisadas (deficiência visual, auditiva, física, mental e múltipla).

Há uma predominância de alunos com deficiência mental nos respectivos anos, destacando-se a deficiência múltipla com o menor número de alunos matriculados, seguida por deficiência auditiva, deficiência visual e deficiência física.

Ainda na deficiência mental, os dados apontam que, há uma disparidade no número de alunos matriculados no ensino regular em relação ao sexo, pois aparece um número consideravelmente maior de alunos do sexo masculino em relação ao do sexo feminino.

Conclusões

Neste trabalho tivemos por objetivo analisar as nuances da inclusão de alunos com deficiência no sistema regular de ensino na perspectiva de gênero. A partir dos dados do Censo Escolar, pudemos notar que existem disparidades nas matrículas que revelam desigualdade de gênero no acesso e permanência das pessoas com deficiência na educação básica.

Na população brasileira, conforme o IBGE (2010), existe uma incidência entre homens e mulheres na população geral com uma diferença em torno de 3% a mais de mulheres. Quando nos voltamos para a população escolar sem deficiência, temos que, os números de matrículas de estudantes dos sexos feminino e masculino, quase se igualam, mesmo assim o sexo masculino prevalece. Entretanto, quando observamos as matrículas de pessoas com deficiência no ensino regular, nota-se uma disparidade: o sexo masculino continua predominando, mas com uma diferença significativa.

Percebemos que existe uma estimativa oficial que não se sustenta na escolarização das pessoas com deficiência. Não há nenhuma condição de deficiência que apresente uma incidência tão maior em homens que justifique essa diferença. Desta maneira, percebemos a necessidade de estudos mais aprofundados, que investiguem o que está impedindo a escolarização destas meninas com deficiência que estão fora da escola.

Referências

BRASIL, INEP/MEC. Instituto de Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica – Caderno de Instrução**, 2013. Disponível < <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-questionarios>>. Acesso em: 04/2013.

FAUSTO-STERLING, Anne. That sexe which prevailleth. In: _____. **Sexing the body**:gender politics and the construction of sexuality. New York: Basic Books, 2000.

FERRARO, A. R.; VARGAS, E. L. B.; MACHADO, N. C. F. **Qualidade das estatísticas originadas dos registros escolares**: um estudo exploratório no bairro Fragata, na cidade de Pelotas/RS. Sociedade em Debate (UCPel), Pelotas, v. 7, n.3, p. 47-76, 2001.

GÊNERO E EDUCAÇÃO PARA TODOS: o salto rumo à igualdade. **Relatório conciso**. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, 2003.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu** , Campinas, n. 22, p. 201 – 246, jan./jun. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n22/n22a09.pdf>>. Acesso em: 06 dez. 2009.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Disponível em:<<http://loja.ibge.gov.br/censo-demografico-2010-caracteristicas-gerais-da-populac-o-reliqui-o-e-pessoas-com-deficiencia.html>>. Acesso em: 30 ago. 2013.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores Sociais no Brasil**. Campinas, SP: Alínea, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero: questões para a educação. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra (Org.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: 34: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 227 – 242.

_____. Gênero. A emergência do gênero. In: _____. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 14 – 36.

NICHOLSON, Linda. **Interpretando o gênero**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, SC. v.8, n.2, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917> Acesso em : 25 maio 2014

RIGOTTI, J. I. R. e CERQUEIRA, C. A. **As bases de dados do INEP e os indicadores educacionais: conceitos e aplicações**. In: Introdução à demografia da educação/Eduardo Luiz G. Rios-Neto e Juliana de Lucena Ruas Riani (orgs.) – Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP, 2004.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação formal e mulher: um balanço parcial da bibliografia. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Org.). **Uma questão de gênero**. São Paulo: Rosa dos Tempos: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 151 – 182.

_____; Políticas educacionais e gênero: uma balanço dos anos 90. **Cadernos Pagu** (16), 2001, p. 151-197.

_____; **Desigualdades de raça e gênero no sistema educacional brasileiro**. Seminário Internacional “Ações afirmativas nas políticas educacionais brasileiras: o contexto pós-Durban”, 2005.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 2, n. 20, p. 71 – 99, jul./dez. 1995.

_____. Prefácio a gender and the politics of History. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 3, p. 11 – 27, jul./dez. 1994.

SILVEIRA, Maria Lucia da. Políticas públicas de gênero: impasses e desafios para fortalecer a agenda política na perspectiva da igualdade. In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lucia da (Org.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Geral da Mulher, 2004. p. 65-75.

THORNE, Barrie. **Gender play: girls and boys in school**. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 1997.

VIANNA, Cláudia Pereira; UNBEHAUM, Sandra. Gender and equity: a brazilian perspective. In: NEW, Rebecca S.; COHRAN, Moncrieff (Org.). **Early child education**. Medford: Greenwood, 2006.